

CONSTITUIÇÃO DE ASSOCIAÇÃO

--- No dia onze de fevereiro de dois mil e dezasseis, no Cartório Notarial de Santarém, sito na Rua Vasco da Gama, lote cinco, rés do chão direito, a cargo do Notário António Manuel Martins Inácio, perante mim Elsa Sofia Agostinho Nogueira da Silva Afonso, notária em substituição por impedimento legal do notário titular, compareceram como outorgantes: -----

--- **a) Ana Isabel Fazeres dos Santos Tomé**, casada, natural da freguesia de Paço de Arcos, concelho de Oeiras, com domicílio profissional na Rua Alfredo Keil, nº 30, 1º direito, Amadora; -----

--- **b) Paula Cristina Escameia Fernandes**, solteira, maior, natural da freguesia de São Lourenço, concelho de Portalegre, com domicílio profissional na Av. D. João I, lote 139, r/c esquerdo, em Almeirim; -----

--- **c) Paula Cristina Viegas Rodrigues Ferreira**, divorciada, natural da freguesia de Coimbra (Sé Nova), concelho de Coimbra, com domicílio profissional na Rua João Carlos Everard, nº 1, em Tomar; -----

--- **d) Sandra Cristina Vieira Ramos Neves de Oliveira Monteiro Brás**, casada, natural da freguesia de São Sebastião da Pedreira, concelho de Lisboa, com domicílio profissional no Strada Shopping & Fashion Outlet, piso 2, loja 2110, em Odivelas; -----

--- **e) António Manuel Martins Inácio**, casado, natural da freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, com domicílio profissional na Rua Vasco da Gama, lote 5, rés do chão direito, em Santarém;-----

--- **f) Maria Heloísa Bravo e Pereira da Silva**, casada, natural da freguesia e concelho de Castelo Branco, com domicílio profissional na

Rua 1º de Dezembro, nº 39, rés do chão, loja 1, Torres Vedras; -----

--- **g) Bruno Alexandre Gonçalves Carvalho**, casado, natural da freguesia e concelho de Santa Comba Dão, com domicílio profissional na Rua Dr. Amadeu Matos Viegas, nº 27, em Carregal do Sal; -----

--- **h) Magda Susana Gonçalves Barbosa Alves**, casada, natural da dita freguesia de Coimbra (Sé Nova), com domicílio profissional na Av. João Paulo II, loja 28-A, Santana, Sesimbra; e -----

--- **i) Margarita de Melo Fernández Rodrigues Palma**, casada, natural da freguesia de São Jorge de Arroios, concelho de Lisboa, com domicílio profissional na Av. dos Bombeiros Voluntários de Algés, nº 31, loja direita, Algés, Oeiras.-----

--- Verifiquei a identidade dos outorgantes por conhecimento pessoal. ---

--- **PELOS OUTORGANTES FOI DITO:** -----

--- Que, pela presente escritura, constituem uma Associação denominada **“INSTITUTO DOS NOTÁRIOS DE PORTUGAL – ASSOCIAÇÃO – I.N.P.”**, com o número de identificação de pessoa colectiva cinco um três oito três dois um sete três, que vai ter a sua sede na Rua Alfredo Keil, nº 30, 1º direito, freguesia de Venteira, concelho de Amadora (C.P. 2700-036 Amadora), com o seguinte objecto: “Promoção, desenvolvimento, defesa, inovação e modernização do notariado; apoio aos notários e à actividade notarial”; que se regerá pelos estatutos constantes do documento complementar que apresentam e que se **arquiva**, fazendo parte integrante da presente escritura, elaborado de harmonia com o número dois do artigo sessenta e quatro do Código do Notariado, o qual conhecem e inteiramente aceitam pelo que dispensam

a sua leitura. -----

--- ASSIM O OUTORGARAM. -----

--- Verifiquei a admissibilidade da denominação adoptada por consulta efectuada hoje ao certificado de admissibilidade de firma ou denominação número 2016000642, emitido pelo Registo Nacional de Pessoas Colectivas no passado dia dezanove de janeiro e disponível no Portal da Empresa através do código de acesso nº 8577-5874-6321, por onde verifiquei igualmente o respectivo número de identificação de pessoa colectiva, cuja impressão se arquiva.-----

--- Esta escritura foi lida e feita a explicação do seu conteúdo aos outorgantes.

- *Ant. José / Feres dos Santos Tome-*
- *Ant. José L.*
- *Paulo Sérgio Ferreira*
- *António Manuel António Anjos*
- *Cláudio Roberto Soares e Lourenço Lda*
- *António Manuel Soares e Lourenço Lda*
- *António Manuel Soares e Lourenço Lda*
- *Rogério de São Fernando de Albuquerque Palma*

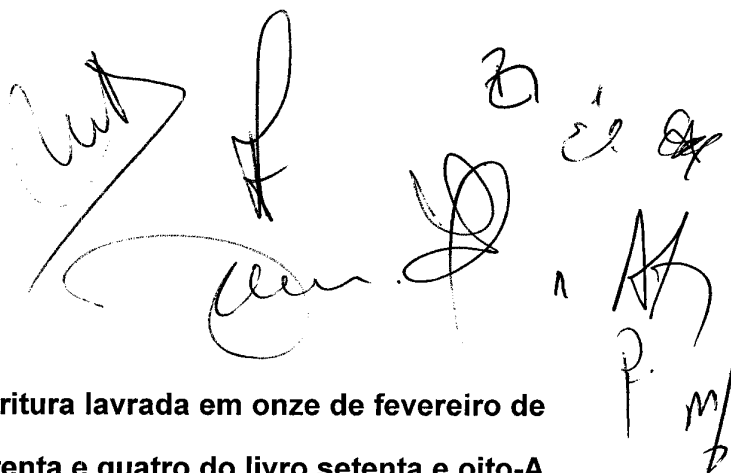
A NOTÁRIA,

Eva Nogueira

Conta registada sob o n.º 169

En

LIV.º 78-A FLS. 84
DOC. 106 FLS. 259



Documento complementar à escritura lavrada em onze de fevereiro de dois mil e dezasseis, a folhas oitenta e quatro do livro setenta e oito-A do Cartório Notarial do Notário António Manuel Martins Inácio, em Santarém.

INSTITUTO DOS NOTÁRIOS DE PORTUGAL – ASSOCIAÇÃO - I.N.P.

ESTATUTOS

CAPÍTULO I

**Constituição, natureza, denominação, duração, sede e
âmbito de actividade**

ARTIGO 1.º

(Constituição, natureza, denominação, duração e sede)

1- A associação tem a denominação **Instituto dos Notários de Portugal – Associação - I.N.P.**, adiante designada por **I.N.P.**, é de natureza privada e sem fins lucrativos, e rege-se pelos presentes estatutos e pelas disposições legais em vigor.

2- O I.N.P. é constituído por tempo indeterminado e tem a sua sede na Rua Alfredo Keil, n.º 30, 1.º direito, freguesia da Venteira, concelho da Amadora, 2700-036 Amadora, podendo estabelecer secções, delegações ou representações em todo o país, sendo o seu âmbito de actuação a nível nacional.

ARTIGO 2.º

(Âmbito de actividade)

1 - O I.N.P. tem como objecto a promoção, defesa, inovação e modernização do notariado, bem como o apoio aos notários e à actividade notarial.

2 – Para prossecução do seu objecto o I.N.P. poderá nomeadamente:

- a) Organizar e ministrar acções de formação, podendo criar e manter um centro de formação;
- b) Promover edições, publicações e textos de direito notarial e de outras áreas de direito relevantes para a actividade notarial;
- c) Celebrar protocolos com entidades públicas e privadas;
- d) Criar uma central de compras;
- e) Promover campanhas publicitárias;
- f) Criar produtos, marcas e serviços em rede.

3 - O I.N.P. pode também filiar-se, associar-se ou aderir a organismos nacionais ou estrangeiros.

CAPÍTULO II

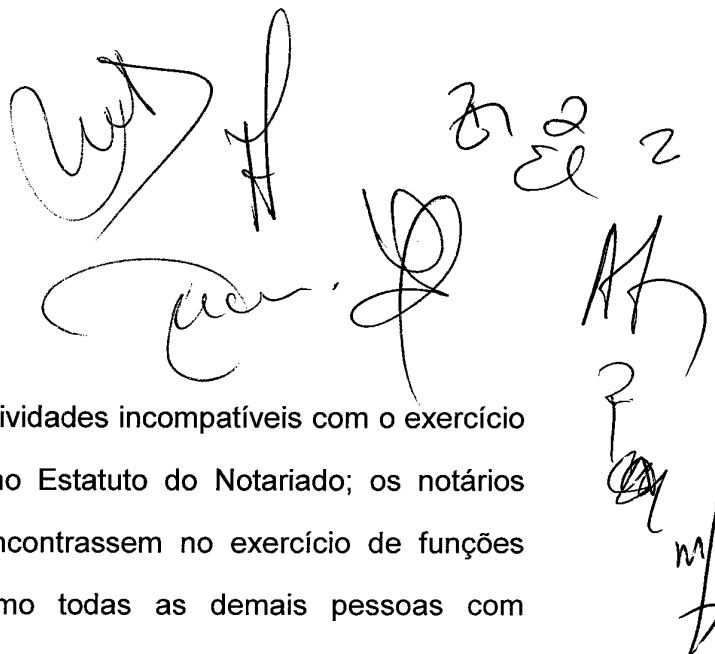
Dos Associados

ARTIGO 3.º

(Associados)

1- Podem ser associados do I.N.P.: todos os notários com inscrição em vigor na Ordem dos Notários; todos os que detenham o título de

LIV.º 38A FLS. 84
DOC. 106 FLS. 260



notário, desde que não exerçam actividades incompatíveis com o exercício da função, nos termos previstos no Estatuto do Notariado; os notários estagiários; os notários que se encontrassem no exercício de funções quando se reformaram; bem como todas as demais pessoas com contributos relevantes para o notariado.

2- Os Associados agrupam-se em quatro categorias:

- a) Fundadores;
- b) Efectivos;
- c) Honorários; e,
- d) Extraordinários.

3- São associados fundadores do I.N.P. os notários que intervierem na escritura pública de constituição, bem como todos os demais que sejam admitidos como associados na primeira Assembleia Geral.

4- São associados efectivos do I.N.P. os notários com inscrição em vigor na Ordem dos Notários que não tendo outorgado a escritura de constituição nem tendo sido admitidos na primeira Assembleia Geral, o tenham solicitado e venham a ser admitidos por deliberação da Direcção, ouvido o Conselho de Fundadores, mediante proposta subscrita por um associado.

5- São associados honorários do I.N.P. as pessoas a quem a Assembleia Geral, sob proposta da Direcção, atribua tal estatuto, pelo valor científico ou técnico de trabalhos efectuados ou pela colaboração prestada ao I.N.P..

6 - São associados extraordinários todos os demais que o tenham solicitado e venham a ser admitidos por deliberação da Direcção, ouvido o Conselho de Fundadores, mediante proposta subscrita por um associado.

ARTIGO 4.º

(Direitos e deveres dos associados)

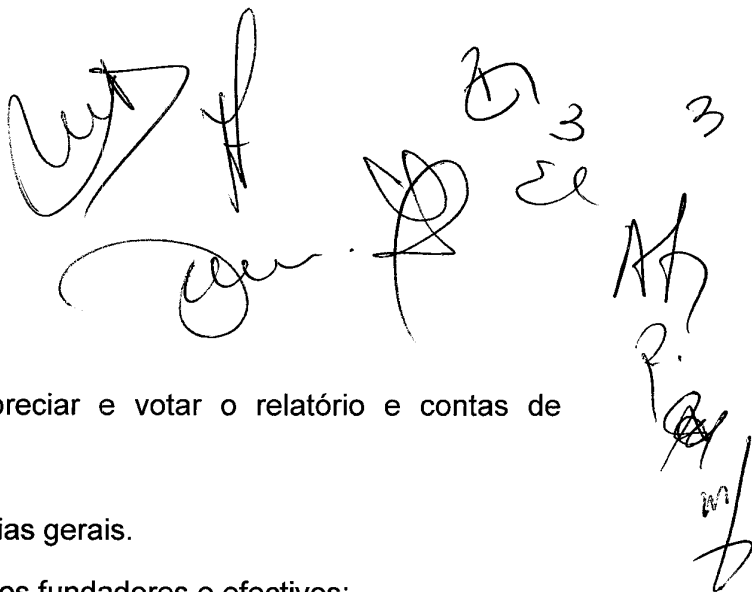
1– São direitos de todos os associados:

- a) Participar nas Assembleias Gerais do I.N.P., apresentar propostas, intervir na discussão;
- b) Participar nas actividades promovidas pelo I.N.P.;
- c) Usufruir das vantagens e regalias que o I.N.P. concede aos seus membros;
- d) Solicitar aos Órgãos Sociais informações e esclarecimentos respeitantes à actividade da associação.

2 - São direitos dos associados fundadores, efectivos e extraordinários:

- a) Examinar as contas e os documentos contabilísticos respeitantes ao exercício, nos oitos dias imediatamente anteriores à data da Assembleia Geral convocada para apreciar e votar o relatório e contas de gerência;
- b) Requerer e receber o relatório e contas de gerência, desde que os solicite por escrito para a direcção nos oitos dias imediatamente anteriores à data da Assembleia Geral

LIV.º 38-A FLS. 81
DOC. 106 FLS. 261



convocada para apreciar e votar o relatório e contas de gerência;

c) Votar nas Assembleias gerais.

3- São direitos dos associados fundadores e efectivos:

- a) Eleger e ser eleito para o exercício de qualquer cargo nos Órgãos Sociais do I.N.P.;
- b) Requerer, nos termos previstos nestes Estatutos, a convocação de Assembleias Gerais extraordinárias.

4- São deveres dos associados:

- a) Proceder pontualmente ao pagamento da jóia, quotas ou outras contribuições que lhes sejam exigíveis nos termos estatutários;
- b) Cumprir as normas estatutárias, as decisões tomadas em Assembleia Geral, os regulamentos, as deliberações da Direcção, os protocolos, acordos e contratos por ela celebrados, relativamente aos quais manifestem expressamente a sua adesão;
- c) Exercer com zelo, lealdade e dignidade os cargos para que sejam eleitos ou designados nos corpos sociais ou em entidades estranhas ao I.N.P., em representação deste;
- d) Prestar aos Órgãos Sociais a colaboração que razoavelmente lhes seja solicitada;
- e) Aceitar e colaborar com o Conselho Fiscal e Disciplinar na fiscalização do cumprimento dos protocolos e contratos

celebrados pela Direcção, a que tenham aderido, disponibilizando toda a documentação exigida para o efeito;

- f) Manter um comportamento cívico e disciplinar impecável, de forma a não prejudicar os legítimos interesses do I.N.P.;
- g) Concorrer para o prestígio e prossecução do objecto do I.N.P.;
- h) Comunicar à Direcção a mudança de residência ou domicílio profissional, bem como de contactos telefónicos e de correio electrónico.

Artigo 5.º

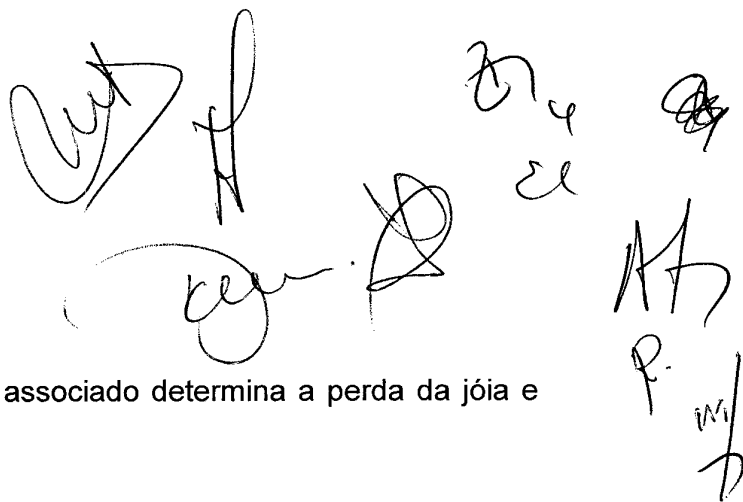
(Exclusão de associado)

1- Os direitos e a qualidade de associado perdem-se:

- a) A pedido do próprio, dirigido à Direcção;
- b) Por falta de pagamento de jóia, quotas e demais contribuições que tenham sido deliberadas em Assembleia Geral, nos termos a definir em regulamento próprio aprovado em Assembleia Geral;
- c)_Por exclusão, deliberada pela Direcção, por sua iniciativa ou a requerimento de, pelo menos, um terço dos associados, nos termos e com os fundamentos a constar de regulamento próprio aprovado em Assembleia geral.

2 - Da deliberação de exclusão de um associado, cabe recurso para a Assembleia Geral.

LIV.º 18-A FLS. 84
DOC. 106 FLS. 262

Several handwritten signatures and initials are present in the top right corner of the page. There are approximately seven distinct marks, including what appear to be full names and initials, written in dark ink.

3 - A perda da qualidade de associado determina a perda da jóia e quotas pagas.

SECÇÃO I

Quotas e Contribuições

Artigo 6.º

(Quotas)

1. O valor da jóia, quotas e demais contribuições obrigatórias a pagar pelos associados é, para as diversas categorias, fixado em Assembleia Geral, mediante proposta da Direcção;
2. As quotas consideram-se vencidas no primeiro dia do mês a que respeitam e deverão ser pagas no decurso do mesmo, até ao dia oito;
3. Nos casos em que a admissão do associado ocorra na segunda metade do mês, a primeira quota a pagar será a do mês imediato;
4. Quaisquer isenções de pagamento de quotas, totais ou parciais, serão objecto de regulamentação específica, a deliberar em Assembleia Geral.

Capítulo III

Dos órgãos da Associação

ARTIGO 7.º

(Órgãos)

1- São órgãos do I.N.P.:

- a) A Assembleia Geral;

- b) A Direcção;
- c)_ O Conselho Fiscal e Disciplinar;
- d) O Conselho de Fundadores.

2- O exercício dos cargos sociais não é remunerado, mas as despesas eventualmente decorrentes do mesmo, devidamente documentadas e justificadas, são suportadas pelo I.N.P..

3- Sem prejuízo do número anterior, no caso de se justificar a dedicação prolongada ou a tempo inteiro de um ou vários membros da Direcção, poderá haver lugar a remuneração, deliberada em Assembleia Geral, mediante proposta da Direcção, a qual proporá o membro, assim como a remuneração prevista, acompanhada de parecer do Conselho Fiscal e Disciplinar.

4 - Os mandatos dos titulares dos órgãos da associação são de três anos, sem prejuízo de reeleição.

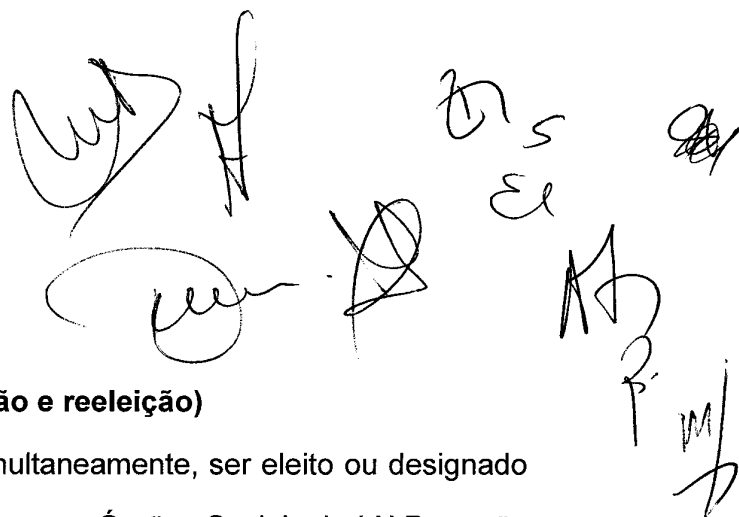
5 - Os titulares dos Órgãos Sociais mantêm-se em funções até tomada de posse dos sucessores.

6 - O processo eleitoral será fixado em regulamento eleitoral aprovado pela Assembleia Geral.

7 - Consideram-se, para efeitos dos presentes Estatutos, titulares ou membros dos Órgãos Sociais, os titulares dos órgãos indicados no número um, com excepção dos associados enquanto membros da Assembleia Geral.

Artigo 8.º

LIV.º ~~38-A~~ FLS. 84
DOC. 106 FLS. 263



(Acumulação e reeleição)

1. Nenhum associado pode, simultaneamente, ser eleito ou designado para o exercício de mais de um cargo nos Órgãos Sociais do I.N.P., a não ser que tal cumulação ocorra entre o Conselho de Fundadores e um dos outros órgãos sociais.
2. Nenhum associado pode integrar simultaneamente mais de uma lista eleitoral.
3. A qualidade de titular de um Órgão Social do I.N.P. é ainda incompatível com o exercício de funções em outras associações ou organismos de igual natureza.

Artigo 9.º

(Antecipação das eleições)

1. Em caso de antecipação das eleições, a sua realização terá lugar no prazo máximo de sessenta dias.
2. Há eleições antecipadas para um órgão social do I.N.P. quando:
 - a) Ocorra a demissão de pelo menos metade dos membros desse órgão;
 - b) Um órgão esteja reduzido a menos de metade dos seus membros por mais de sessenta dias;
 - c) Ocorra a aprovação, por maioria qualificada de três quartos de votos expressos, de um voto de desconfiança à actuação desse órgão, em Assembleia Geral expressamente convocada para o efeito, por iniciativa própria do Presidente da Mesa da Assembleia Geral, da

Direcção, do Presidente do Conselho Fiscal e Disciplinar, do Conselho de Fundadores ou a requerimento de um quinto dos associados do I.N.P..

4. Em caso de eleições antecipadas, a duração do mandato do órgão eleito é igual ao período que faltar para os restantes órgãos completarem o mandato em curso; caso as eleições antecipadas elejam a totalidade dos órgãos, a duração do mandato é de três anos.

Artigo 10.º

(Acto eleitoral e regulamentação)

1. O acto eleitoral realiza-se por escrutínio secreto em Assembleia Geral especialmente convocada para o efeito, que será marcada com uma antecedência não inferior a trinta dias.

2. As normas processuais relativas às eleições para os Órgãos Sociais são as fixadas no Regulamento Eleitoral.

Secção I

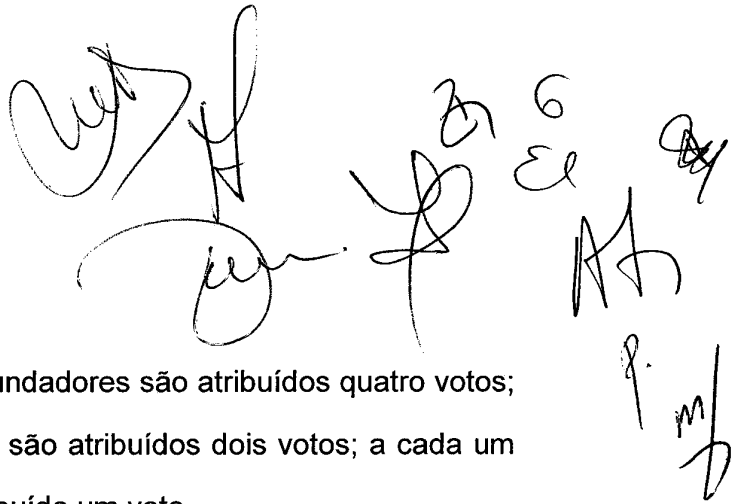
Da Assembleia Geral

Artigo 11.º

(Constituição e atribuição de número de votos)

1. A Assembleia Geral é constituída pelos associados fundadores, efectivos e extraordinários.

LIV.º 127 FLG. 84
DOC. 106 FLS. 264



2. A cada um dos associados fundadores são atribuídos quatro votos; a cada um dos associados efectivos são atribuídos dois votos; a cada um dos associados extraordinários é atribuído um voto.

3. Aos associados fundadores e aos efectivos, por cada cinco anos de antiguidade é concedido mais um voto.

Artigo 12.º

(Natureza das reuniões)

1. Assembleia Geral reúne ordinariamente:
 - a) Até ao final do primeiro trimestre de cada ano para apreciar e votar o relatório e contas do exercício anterior;
 - b) Em ano eleitoral, durante o mês de Abril, para eleger os Órgãos Sociais do I.N.P. .
2. A Assembleia Geral reúne extraordinariamente sempre que for convocada nos termos legais.
3. A Assembleia Geral é convocada através de publicação de aviso nos termos legalmente previstos, designadamente por via electrónica admitida legalmente ou por aviso postal remetido a cada um dos interessados, com a antecedência mínima de oito dias, para a morada indicada na ficha de associado, devendo dele constar o dia, hora, o local da reunião e a respectiva ordem de trabalhos.

ARTIGO 13.º

(Competências)

1 - A Assembleia Geral tem as competências definidas no Artigo 172.º do Código Civil e nos presentes estatutos.

2 - Compete, em especial, à Assembleia Geral:

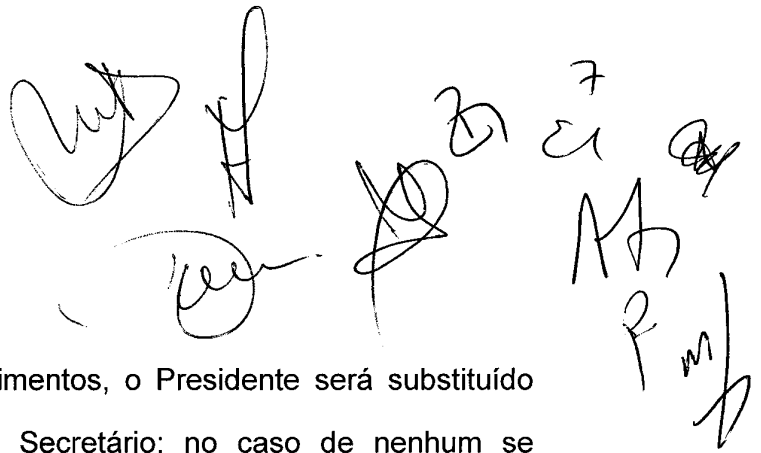
- a) Aprovar os Estatutos e os Regulamentos do I.N.P. e zelar pelo seu cumprimento;
- b) Eleger e destituir os membros dos Órgãos Sociais;
- c) Votar o orçamento anual e os orçamentos suplementares, quando os houver;
- d) Apreciar e votar o relatório, balanço e contas do exercício relativamente a cada ano social;
- e) Decidir da alienação de bens imóveis e das garantias a prestar pelo I.N.P. que onerem bens imóveis;
- f) Fixar ou alterar o valor das quotas e demais contribuições obrigatórias a pagar pelos associados;
- g) Julgar os recursos para ela interpostos;
- h) Pronunciar-se sobre qualquer matéria que lhe seja submetida no âmbito das disposições legais e estatutárias e não compreendida nas atribuições dos restantes Órgãos Sociais.

ARTIGO 14.º

(Mesa da Assembleia Geral)

1- A Assembleia Geral é dirigida por uma Mesa composta por um Presidente, um Vice-Presidente e um Secretário.

LIV.º 18-A FLS. 84
DOC. 106 FLS. 265

A collection of handwritten signatures and initials in black ink, including a large stylized 'V', a signature that appears to be 'H', a signature that appears to be 'P', and several other initials and signatures on the right side.

2- Nas suas faltas ou impedimentos, o Presidente será substituído pelo Vice-Presidente e este pelo Secretário; no caso de nenhum se encontrar presente, a assembleia elegerá os elementos que a dirigirão.

3- Compete ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral:

- a) Dirigir os trabalhos da Assembleia Geral;
- b) Marcar a data das eleições para os órgãos da associação, organizar o respectivo processo e nomear uma comissão de fiscalização para as mesmas; e
- c) Exercer os poderes que lhe forem delegados pela Assembleia Geral.

ARTIGO 15.º

(Quórum)

1- A Assembleia Geral não pode deliberar, em primeira convocação, sem a presença de metade, pelo menos, dos seus associados e, em segunda convocação, com qualquer número de associados.

2- Salvo o disposto nos números seguintes, as deliberações são tomadas por maioria dos votos dos associados presentes.

3- A deliberação sobre alteração dos estatutos exige a aprovação por três quartos do número votos de todos os associados com direito a voto.

4- A deliberação sobre a dissolução da Associação exige a aprovação por três quartos do número votos de todos os associados com direito a voto.

SECÇÃO II

Da Direcção

ARTIGO 16.º

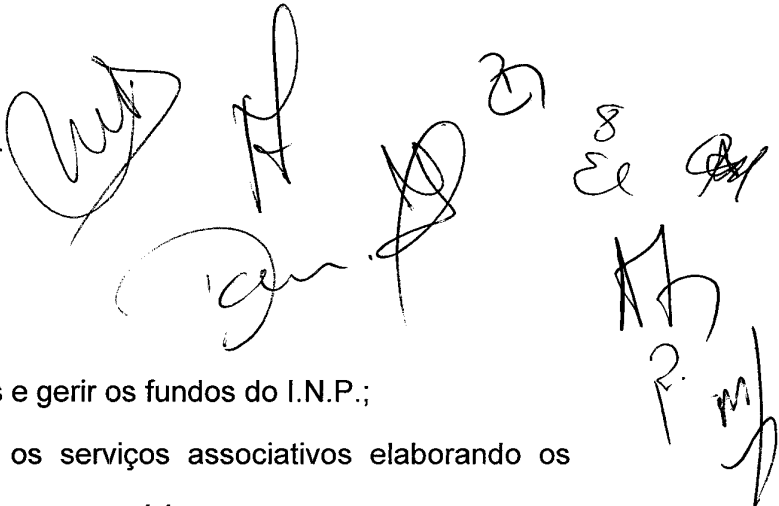
(Composição e competência)

1- A Direcção é composta por um Presidente, um tesoureiro, um secretário e dois vogais.

2- Compete à Direcção:

- a) Cumprir e fazer cumprir os presentes estatutos e o regulamento interno, assim como dirigir toda a actividade do I.N.P.;
- b) Promover a execução das deliberações da Assembleia Geral;
- c) _Representar o I.N.P. em juízo ou fora dele;
- d) Propor à Assembleia Geral a criação de delegações ou de outras formas de representação do I.N.P.;
- e) Coordenar a actividade da associação de acordo com os fins definidos nos presentes estatutos;
- f) _Criar e extinguir comissões técnicas, grupos de trabalho e núcleos relacionados com os fins do I.N.P.;
- g) Admitir associados e excluí-los, assim como propor a admissão de associados honorários;
- h) Solicitar parecer ao Conselho de Fundadores sobre assuntos de grande interesse para a vida do I.N.P.;
- i) _Propor à Assembleia Geral a fixação e alteração dos montantes da jóia e quotização;

LIV.º 187 FL3. 84
DOC. 106 FL3. 266

- 
- j) _Administrar os bens e gerir os fundos do I.N.P.;
- k)_Organizar e dirigir os serviços associativos elaborando os regulamentos internos necessários;
- l) _Elaborar e apresentar anualmente à Assembleia Geral o relatório e contas da gerência, bem como a aplicação do saldo e o orçamento para o ano seguinte;
- m) Elaborar e fazer cumprir regulamentos sobre assuntos da sua competência;
- n) Convocar assembleias gerais extraordinárias, nos termos legais;
- o) Exercer todos os poderes que a Assembleia Geral nela delegue; e,
- p) Aceitar liberalidades.

ARTIGO 17.º

(Funcionamento, forma de obrigar e responsabilidade)

1- A Direcção reúne ordinária e formalmente no mínimo uma vez por trimestre, a convocação do seu Presidente.

2- A Direcção delibera com a presença de metade dos seus membros, sendo as deliberações tomadas por maioria dos presentes.

3- A Direcção pode constituir mandatários por meio de procuração, para certos e determinados actos.

4- O I.N.P. obriga-se com a assinatura de dois membros da Direcção; para actos de mero expediente, é suficiente a assinatura de qualquer membro da Direcção.

5- Os membros da Direcção são solidariamente responsáveis pelos actos do órgão a que pertencem.

6- Salvaguardando os legítimos interesses de terceiros, a responsabilidade dos membros da Direcção cessa seis meses depois de aprovado o relatório e as contas.

7- São isentos de qualquer eventual responsabilidade os membros da Direcção que não tiverem tomado parte na respectiva resolução, se contra ela se manifestarem por escrito logo que da mesma tomem conhecimento e os que tiverem votado expressamente contra a respectiva deliberação.

8- De todas as reuniões ordinárias e formais da Direcção é lavrada acta, que, após aprovação, é assinada por todos os que tenham estado presentes.

SECÇÃO III

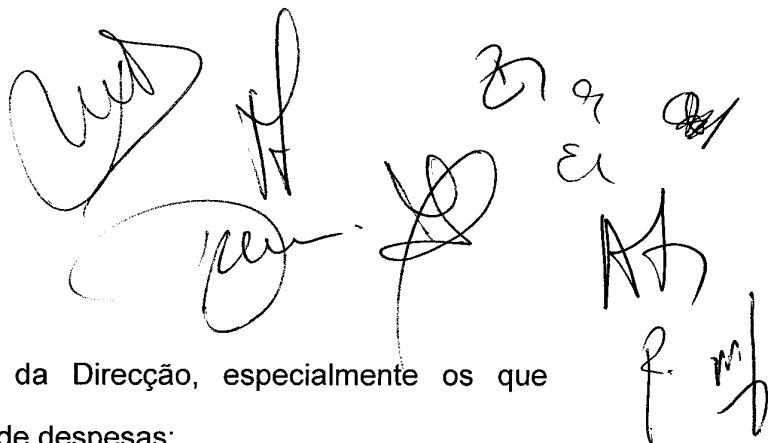
Do Conselho Fiscal e Disciplinar

ARTIGO 18.º

(Composição e competência)

1- O Conselho Fiscal e Disciplinar é composto por um Presidente, um Secretário Relator e um Vogal.

2- Compete ao Conselho Fiscal e Disciplinar:



- a) Fiscalizar os actos da Direcção, especialmente os que envolvem realização de despesas;
- b) Elaborar e enviar à Assembleia Geral parecer sobre o relatório, as contas e o orçamento do I.N.P.;
- c) Dar parecer, a pedido da Assembleia Geral e da Direcção, sobre os actos que aumentem despesas ou responsabilidades financeiras ou reduzam o património do I.N.P.;
- d) Exercer o poder disciplinar sobre os membros do I.N.P., instaurando e instruindo os procedimentos disciplinares e aplicando ou propondo à Direcção as sanções disciplinares adequadas;
- e) Requerer a convocação de assembleias gerais extraordinárias sempre que o entenda necessário;
- f) Exercer as demais funções que a lei, o presente Estatuto e os regulamentos internos lhe confirmam;
- g) Fiscalizar o cumprimento por parte dos associados que a eles tenham aderido, dos protocolos e contratos celebrados pela Direcção.

3- O Conselho Fiscal e Disciplinar poderá delegar em terceiros a competência de fiscalização prevista na alínea f) do número anterior.

Artigo 19.º
(Irregularidades)

O Conselho Fiscal e Disciplinar dará obrigatoriamente conhecimento à Direcção de quaisquer irregularidades de que, no exercício das suas atribuições ou por causa desse exercício, tome conhecimento.

ARTIGO 20.º

(Funcionamento)

1 - O Conselho Fiscal e Disciplinar reúne ordinariamente, no mínimo, uma vez por semestre, a convocação do seu Presidente, e extraordinariamente sempre que para tal for convocado pelo seu presidente, por sua iniciativa ou a requerimento de qualquer dos restantes órgãos.

2 – O Conselho Fiscal e Disciplinar delibera com a presença de dois dos seus membros.

Secção IV

Do Conselho de Fundadores

Artigo 21.º

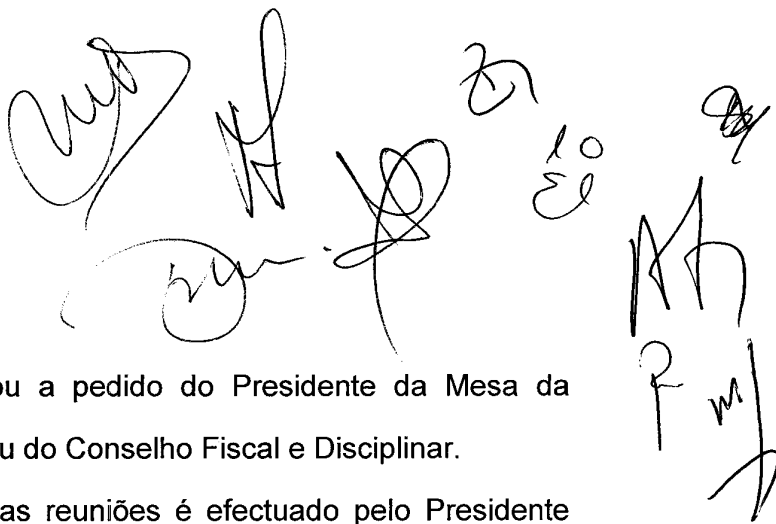
(Composição)

1. O Conselho de Fundadores é formado por todos os associados fundadores.

2. Os seus membros elegem entre si um Presidente para um período de três anos.

3. O Conselho de Fundadores reúne ordinariamente de seis em seis meses, ou extraordinariamente sempre que seja convocada pelo seu

LIV.º 78-A FLS. 84
DOC. 106 FLS. 268

A collection of handwritten signatures and initials in black ink, located in the top right corner of the document. The signatures are stylized and vary in complexity, with some appearing to be full names and others being initials or monograms.

Presidente, por sua iniciativa ou a pedido do Presidente da Mesa da Assembleia Geral, da Direcção ou do Conselho Fiscal e Disciplinar.

4. O agendamento das suas reuniões é efectuado pelo Presidente eleito, e a convocatória é enviada aos restantes membros por correio electrónico, enviado com pelo menos oito dias de antecedência.

Artigo 22.º

(Atribuições e competências)

Ao Conselho de Fundadores compete:

- a) Pronunciar-se sobre quaisquer propostas de alteração de Estatutos;
- b) Pronunciar-se sobre os projectos de regulamentos cuja aprovação seja da competência da Assembleia Geral;
- c) Pronunciar-se sobre as questões que pelo seu alcance ou gravidade afectem de modo relevante a actividade do I.N.P.;
- d) Deliberar sobre proposta da Direcção, sobre a designação de associados para o desempenho de funções em órgãos e organismos de natureza federativa ou associativa;
- e) Pronunciar-se sobre a dissolução do I.N.P.;
- f) Dar parecer sobre as dúvidas interpretativas e preenchimento das lacunas evidenciadas na aplicação dos presentes Estatutos;
- g) Dar parecer sobre a admissão de novos associados;

- h) Requerer a convocação de assembleias gerais extraordinárias sempre que o entenda necessário.

CAPÍTULO IV

Do património e receita

ARTIGO 23.º

(Património e receita)

1- O património social é constituído por todos os bens móveis e imóveis adquiridos a título oneroso ou gratuito pelo I.N.P. e pelos direitos que sobre os mesmos recaiam.

2- Constituem receitas do I.N.P.:

- a) O produto das jóias e quotizações;
- b) As quantias resultantes de subsídios, donativos e legados de entidades públicas ou privadas expressamente aceites;
- c) Os rendimentos dos bens sociais;
- d) O produto da venda de publicações ou da prestação de serviços; e
- e) Outras receitas.

3- As receitas são aplicáveis na cobertura das despesas de funcionamento do I.N.P. e no incremento das suas actividades.

CAPÍTULO V

LIV.º 18-A FLS. 04
DOC. 106 FLS. 269



11
Ee
m/b

Disposições finais e transitórias

ARTIGO 24.º

(Interpretação e integração)

A interpretação e a integração das lacunas do presente estatuto competem à Assembleia Geral, recorrendo-se para o efeito das disposições legais reguladoras das associações.

CAPÍTULO VI

Dissolução

ARTIGO 25.º

(Dissolução)

1 - O I.N.P. pode ser dissolvido mediante deliberação favorável da Assembleia Geral expressamente convocada para esse fim.

2 - A deliberação sobre a dissolução deverá ser tomada por maioria qualificada nos termos previstos no n.º 4 do artigo 15.º.

3 - A Assembleia Geral deliberará sobre o destino a dar ao património da associação, sem prejuízo das disposições legais aplicáveis.

Ass. Isabel Feres dos Santos Tome-
Público
Paulo Sérgio Ferreira
Mudanças

Antonia Monel Mat-a Enod

Clamp Theodor Bano o Rucina S

125 strada Lucian C.

Cyprian S

Regenta de Stel Farnet 464 jura 14/10

A Norina

Ella Wofner

